



Projeto de Educação Ambiental do Campo de Frade

Plano de Trabalho III rev. 00

Janeiro de 2016

SUMÁRIO

1. SUMÁRIO EXECUTIVO	1
2. RECORTE ESPACIAL	2
3. PÚBLICO DEFINIDO.....	4
4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	5
5. METODOLOGIA CONSOLIDADA	6
6. ATIVIDADES PREVISTAS PARA A ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO	12
7. METAS E INDICADORES	13
8. PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS	17
9. PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS	17
10. REFERÊNCIAS	19
12. RESPONSABILIDADE TÉCNICA.....	19
ANEXO I: MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO	20

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O Plano de Trabalho III do Projeto Rede de Estudos para o Meio Ambiente (REMA) visa atender ao processo de licenciamento ambiental das atividades de exploração e produção de petróleo e gás no Campo de Frade, Processo CGPEG/DILIC/IBAMA nº 02022.007057/00-62. O período de atividades previstas para este documento é de 24 meses, de julho de 2016 a junho de 2018, conforme estabelecido pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10. A Chevron Brasil Upstream Frade é a responsável pela realização do projeto no âmbito do processo de licenciamento ambiental, sendo a AECOM a consultoria contratada para a sua execução desde o primeiro Plano de Trabalho, iniciado em novembro de 2012.

O Plano de Trabalho I rev. 05, aprovado integralmente pelo Parecer Técnico CGPEG/DILIC/IBAMA nº 422/12, contemplou o período de novembro de 2012 a junho de 2014, desenvolvendo o processo formativo inicial que compreendeu as atividades do Ciclo I ao Ciclo IV. Durante estes Ciclos foram abordados com os sujeitos da ação educativa, principalmente: (1) o resgate, fortalecimento e sistematização dos saberes populares, sobretudo, da atividade pesqueira artesanal; (2) os problemas e conflitos socioambientais oriundos do processo de reprodução da cadeia produtiva do petróleo e suas implicações no processo de licenciamento ambiental; (3) os pressupostos teóricos da Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública; e (4) as políticas públicas e mecanismos de controle social, sobretudo, relativos à atividade pesqueira artesanal.

O Plano de Trabalho II rev. 00, aprovado pelo Parecer Técnico 000266/2014 CGPEG/IBAMA, de 26.06.14, apresentou o planejamento de atividades do Projeto REMA para o período de julho de 2014 a junho de 2016, conforme previsto pela Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10. Neste documento estavam previstos como objetivos específicos do projeto para o período: (1) promover a experimentação de ações coletivas; (2) fomentar a elaboração do Projeto de Intervenção Socioambiental na Comunidade; (3) estruturar o Projeto de Intervenção Socioambiental na Comunidade; (4) executar o Projeto de Intervenção Socioambiental na Comunidade; e (5) fortalecer e nivelar os grupos de Macaé e São João da Barra.

Durante a implementação do Plano de Trabalho II rev. 00, compreendendo o período de julho a dezembro de 2014, que cumpriu a realização dos objetivos “1” e “5”, supracitados, foi realizado um processo avaliativo pela equipe executora do projeto. Esta avaliação foi pautada, sobretudo, pelas (i) experiências apreendidas pelos

educadores nas atividades de campo e instrumentos de acompanhamento do projeto; e pela (ii) análise dos resultados alcançados, fundamentada nos produtos das Oficinas Formativas que foram desenvolvidas.

A partir dos resultados deste processo, a Chevron solicitou a realização de uma reunião com os analistas ambientais da CGPEG/IBAMA responsáveis pelo acompanhamento do projeto. Na referida ocasião foram apresentadas propostas de aprimoramento no Plano de Trabalho II, com o intuito de qualificar a implementação do projeto a partir das avaliações realizadas.

Buscando cumprir exigências da CGPEG encaminhadas na reunião supracitada, a equipe técnica apresentou o Plano de Trabalho II rev. 01, com o planejamento das atividades do Projeto REMA referentes ao período de março de 2015 a junho de 2016, contendo a incorporação dos aprimoramentos apontados pela equipe durante a referida reunião. Estes aprimoramentos buscaram, principalmente, desenvolver o sentido de organização e autonomia dos coletivos que estavam sendo formados e aumentar o protagonismo dos sujeitos da ação educativa na condução das ações planejadas. Para tal, foram estruturadas três etapas, cada uma com um objetivo específico, sendo estas, respectivamente: Etapa I – fortalecer e fomentar a organização dos grupos; Etapa II – fomentar a elaboração e estruturar o Projeto de Intervenção Socioambiental; e Etapa III – executar o Projeto de Intervenção Socioambiental.

Para este Plano de Trabalho, pretende-se, sobretudo, (i) dar continuidade à implementação dos Projetos de Intervenção Socioambiental; (ii) avaliar e ajustar constantemente a implementação dos mesmos; e (iii) qualificar a participação política dos sujeitos da ação educativa.

2. RECORTE ESPACIAL

A área de influência do Campo de Frade, relativa ao meio socioeconômico, foi delimitada a partir: (i) dos municípios onde foi identificada a interferência do empreendimento na atividade pesqueira artesanal; (ii) dos municípios que recebem *royalties* da produção de petróleo; e (iii) dos municípios que sediam, em terra, a base de apoio operacional à atividade.

Conforme a Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA 01/12, Programa de Educação Ambiental se define como um “conjunto de linhas de ação que se articulam a partir de

um mesmo referencial teórico-metodológico para a promoção de processos educativos voltados ao desenvolvimento da gestão ambiental compartilhada de caráter regional”, articulando “projetos que obedecem a linhas de ação diferentes, mas que são complementares na gestão ambiental de determinada região”.

Nesse sentido, o Projeto REMA, ao considerar a sobreposição entre a atividade pesqueira artesanal e as atividades de produção de petróleo desenvolvidas pela Chevron, contempla as comunidades dos municípios cuja frota pesqueira atua, potencial ou comprovadamente, na região do Campo de Frade. Sendo formado pelas comunidades localizadas nos municípios de Cabo Frio, Macaé, São João da Barra e São Francisco de Itabapoana, no Rio de Janeiro; e Itapemirim, no Espírito Santo, contemplando, portanto, os Programas de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC) e da Bacia do Espírito Santo (PEA-ES)¹.

Ainda seguindo o documento supracitado, Projeto de Educação Ambiental (PEA) é definido como um “conjunto de atividades que serão desenvolvidas, junto a um público específico, no âmbito de determinada linha de ação”, traduzindo “o que o programa de educação ambiental regional propõe”.

Dessa forma, o REMA se insere como um componente do PEA-BC e PEA-ES que segue as diretrizes propostas pela “Linha de ação A – Organização comunitária para a participação na gestão ambiental pública, no âmbito do licenciamento ambiental”, que desenvolve ações com um público específico, ligado a um dos principais impactos socioeconômicos derivados das atividades no Campo de Frade.

As comunidades dos municípios incluídos na área de influência em razão do recebimento de *royalties* – Campos dos Goytacazes (RJ) e Presidente Kennedy (ES) – e do município que sedia a base de apoio – Niterói (RJ) – poderão ser contempladas por ações de mitigação em momento a ser avaliado junto ao órgão ambiental, entendendo que a estrutura de um Programa de Educação Ambiental busca interligar a mitigação de impactos sinérgicos e cumulativos oriundos da exploração e produção de petróleo por diferentes empresas em uma determinada bacia sedimentar ou região.

O Anexo I apresenta o mapa da área de abrangência do projeto.

¹ Conforme a regionalização dos Programas de Educação Ambiental constante da Nota Técnica CGPEG/DILIC/IBAMA nº 01/10.

3. PÚBLICO DEFINIDO

De acordo com a Instrução Normativa IBAMA nº 02/12, os Projetos de Educação Ambiental, componentes de medidas mitigadoras, condicionantes das licenças ambientais emitidas pelo IBAMA, devem desenvolver processos de ensino-aprendizagem com os “grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade socioambiental impactados pela atividade em licenciamento, sem prejuízo dos demais grupos potencialmente impactados”. Estes grupos compõem os sujeitos prioritários da ação educativa no âmbito da proposta de Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública, uma vez que se encontram desprovidos de acesso às decisões sobre a destinação de uso e apropriação dos bens ambientais, sendo, portanto, constantemente expropriados destes e subordinados nos processos políticos decisórios e no acesso aos bens socialmente produzidos.

No Estudo de Impacto Ambiental (EIA), elaborado para o licenciamento do Sistema de Produção e Escoamento do Campo de Frade, foi identificado que os impactos relativos ao meio socioeconômico incidem sobre duas atividades: a pesca e o turismo. Considerando as condições diferenciadas de vulnerabilidade das atividades afetadas, pode-se afirmar que o setor pesqueiro artesanal representa o grupo social prioritário para as ações educativas, uma vez que suas condições objetivas de vida (da própria reprodução social como um todo, modos de vida, trabalho, satisfação de suas necessidades e formas de produzir) encontram-se diretamente afetadas pelas decisões referentes ao licenciamento ambiental da atividade em questão.

Na análise dos diagnósticos pretéritos realizados por outras empresas do setor² e no levantamento executado em campo com as lideranças locais, foi possível perceber a preocupação dos interlocutores com a qualificação técnica dos filhos de pescadores e dos jovens em geral, com o crescente consumo de entorpecentes e envolvimento desses jovens com o tráfico de drogas, com a falta de emprego e de oportunidades econômicas. Foi relatado, ainda, que os jovens são atraídos para trabalhos temporários na construção civil e ficam desempregados e desmotivados após o seu término.

Esse contexto direcionou a escolha dos jovens inseridos nas comunidades pesqueiras, com relação direta ou indireta com a pesca artesanal, como sujeitos prioritários para as ações educativas. Os jovens destas comunidades ainda mantêm, de

² Diagnóstico participativo da CGG do Brasil; Validação do banco de projetos CGG/HABTEC/OGX; Diagnóstico Participativo do Programa de Educação Ambiental na Bacia de Campos/PETROBRAS.

certa forma, aspectos e valores culturais e/ou simbólicos característicos das formas de reprodução social de populações tradicionais. Contudo, a desvalorização socioeconômica da atividade pesqueira artesanal e a intensificação dos conflitos socioambientais nas quais a mesma se insere, vêm interferindo negativamente nas possibilidades de reprodução social dos modos de vida desses grupos, influenciando o reconhecimento social dessa profissão e, conseqüentemente, a identificação da pesca artesanal como possibilidade de trabalho para esses jovens.

Nesse sentido, o PEA REMA propõe como perfil principal para os sujeitos da ação educativa, jovens na faixa de 16 a 24 anos, moradores dos municípios contemplados pelo projeto, apresentados no item anterior deste documento.

4. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

No âmbito do Programa de Educação Ambiental da Bacia de Campos (PEA-BC), o REMA se insere como componente da “Linha de Ação A”, buscando desenvolver processos formativos com jovens ligados às comunidades pesqueiras, de forma a contribuir para a organização comunitária, qualificar a participação na gestão ambiental e desenvolver ações que visem à transformação da realidade local.

Para tal, foram planejados três componentes estruturais para este Plano de Trabalho, que são atrelados a cada um dos objetivos específicos delimitados. Estes componentes se sobrepõem cronologicamente durante a implementação das ações. Na Tabela 1 são apresentados os componentes estruturais e seus respectivos objetivos específicos.

Tabela 1: Objetivos específicos por Componente.

COMPONENTE	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
I – Intervenção	Continuar a implementação dos Projetos de Intervenção Socioambiental.
II - Avaliação	Monitorar, avaliar e ajustar continuamente os Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental.
III – Trabalho de Base	Realizar processo de formação de base buscando qualificar a participação e a implementação dos projetos.

5. METODOLOGIA CONSOLIDADA

O Projeto REMA se fundamenta a partir dos pressupostos e diretrizes teóricas da Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública, estruturada e utilizada pelo IBAMA para atividades de educação ambiental, inicialmente, junto a áreas protegidas e, posteriormente, no licenciamento ambiental. Seguindo essa proposta educativa, o REMA se pauta, desde o início de sua implementação, no processo de codificação/decodificação e na investigação temática³, adaptados da pedagogia freireana para as atividades do projeto.

Entendendo o grupo prioritário inserido no âmbito do projeto enquanto sujeito da ação educativa, busca-se a realização de ações nas quais estes sujeitos, ao se depararem com seus problemas e conflitos cotidianos, efetuem o processo ensino-aprendizagem através de intervenções concretas na realidade. Assim, a ação/intervenção ganha centralidade no processo educativo, alterando o papel do docente de reproduzir informações consolidadas, para o de disponibilizar artifícios e formas para que os educandos se enxerguem enquanto seres históricos e sociais, possuindo capacidade de transformar sua própria realidade através da realização de intervenções coletivas.

Buscando aprofundar o protagonismo e a autonomia dos jovens na condução das ações, as atividades se encadeiam de forma que, dentro de cada momento, o processo educativo se desenvolve através da execução de ações ou elaboração de “produtos” realizados pelos próprios jovens. Dessa forma, foram planejados formatos de atividades que compõem a metodologia principal do projeto para cada componente/objetivo delimitado. Estas atividades se entrelaçam durante a implementação do projeto, fornecendo e qualificando, concomitantemente, a execução de cada um dos componentes planejados. Este novo formato, onde os Componentes ocorrem simultaneamente, foi planejado de forma a fornecer o suporte necessário e qualificar a execução das ações planejadas pelos jovens em seus Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental de cada coletivo. Abaixo segue descrito, sucintamente, cada um dos componentes e atividades planejadas para os mesmos.

³ “A codificação representa uma dimensão dada da realidade tal como vivem os indivíduos, e esta dimensão é proposta à sua análise num contexto diferente daquele no qual eles vivem. Assim a codificação transforma o que era uma maneira de viver num contexto real, num “objectum” no contexto teórico.” (...). “Em todas as fases de descodificação, os homens revelam sua visão de mundo. Conforme a maneira como eles veem o mundo e como abordam – de modo fatalista, estático, ou dinâmico – podem-se encontrar seus temas geradores” (FREIRE, 1979).

➤ **Componente I – Intervenção**

O componente I se desenvolverá durante todo o período de implementação do Plano de Trabalho III, visando dar continuidade à execução e ao acompanhamento dos Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental elaborados pelos coletivos de cada município. O desenvolvimento das ações planejadas por estes grupos será integralmente acompanhado pela equipe técnica, desde os momentos de pesquisa e planejamento (pois se entende estes momentos como parte do processo educativo), às intervenções diretas nas comunidades. Os Articuladores Locais, jovens pertencentes aos coletivos que são contratados pela consultora responsável pela implementação do projeto, irão participar presencialmente de todas as atividades planejadas, constituindo um elo cotidiano entre os grupos e a equipe de educadores do projeto.

Além do acompanhamento realizado por intermédio dos Articuladores, estão planejadas as Atividades de Acompanhamento, momentos nos quais os Educadores e/ou Coordenadores irão acompanhar presencialmente a execução dos Projetos de Intervenção Socioambiental elaborados em cada município. Estas atividades foram planejadas para ocorrer em momentos considerados cruciais para os grupos, podendo também ser realizadas quando os mesmos apresentarem alguma demanda ou dificuldade na implementação das atividades constantes dos projetos. Algumas Atividades de Acompanhamento já se encontram programadas pela equipe técnica, por serem consideradas importantes para alcançar os objetivos e metas propostos em cada Projeto de Intervenção. Mesmo nos momentos em que os Educadores e Coordenadores da equipe não estiverem acompanhando presencialmente as ações, os mesmos estarão orientando, direcionando e disponíveis para as demandas do grupo remotamente.

A carga horária estimada por Atividade de Acompanhamento é de no mínimo 4 horas, se adequando às demandas e necessidades dos grupos ou atividades planejadas. Estão previstas doze Atividades de Acompanhamento por município para o período de implementação deste Plano de Trabalho. Este número pode ser alterado conforme necessidade identificada pela equipe executora durante o desenvolvimento das ações.

Além de dar continuidade à implementação e ao acompanhamento das ações de intervenção dos coletivos, este Componente possui como objetivo fomentar as ações de articulação entre os coletivos municipais, outras organizações sociais de atuação local e outros PEAs, conforme encaminhamento principal do 2º Encontro Regional da Rede de Estudos para o Meio Ambiente, realizado em novembro de 2015. Uma das ações

proposta pelos próprios sujeitos da ação educativa foi a criação de um Comitê de Articulação da Rede de Estudos para o Meio Ambiente (CAREMA). Neste comitê, jovens representantes de cada coletivo participante do Projeto REMA, se reunirão para: (i) avaliar a atuação dos coletivos enquanto uma rede regional e verificar a necessidade de aprimoramento das ações de articulação implementadas, e (ii) relatar o andamento da execução dos Planos de Ação nas suas comunidades para que os grupos possam trocar experiências e contribuir com os outros coletivos. O CAREMA se reunirá uma vez por semestre a fim de manter regularidade das suas atividades, cabendo aos próprios grupos escolherem dois representantes para estarem presentes nas reuniões do Comitê.

➤ **Componente II – Avaliação**

O principal objetivo deste componente é o monitoramento, a avaliação continuada e a realização dos ajustes necessários aos Planos de Ação de cada Projeto de Intervenção Socioambiental. Para a realização deste componente estão planejados dois formatos de atividades: (i) Encontros de Avaliação e (ii) Atividades de Ajuste dos Planos de Ação.

Os Encontros de Avaliação são atividades que ocorrerão de forma presencial entre os educadores e os grupos de cada município, buscando avaliar a implementação dos Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental a partir das metas e indicadores descritos nestes. Estes encontros irão encaminhar pontos de melhoria e alterações pertinentes para a estruturação dos Planos de Ação que serão desenvolvidos nos próximos períodos, aprimorando as ações que serão desenvolvidas pelos coletivos nos momentos futuros e fomentando a articulação dos coletivos em uma rede regional. Estes encontros terão duração média de 4 horas, utilizando dinâmicas pedagógicas, ferramentas participativas, materiais e técnicas de apoio para que o processo avaliativo seja protagonizado pelos grupos e mediado pela equipe técnica.

As Atividades de Ajuste dos Planos de Ação serão momentos fundamentados a partir dos encaminhamentos dos Encontros de Avaliação. O objetivo destas atividades é aprimorar as ações que irão compor os Planos de Ação que serão desenvolvidos futuramente, ou seja, a partir da avaliação de um Plano de Ação que se encontra em implementação, serão encaminhados ajustes necessários para a construção dos próximos Planos de Ação. Estas atividades serão diluídas em encontros entre os jovens de cada coletivo, podendo possuir carga horária variada, de acordo com a necessidade do grupo

para o planejamento, ajuste e redação do próximo Plano de Ação. As Atividades de Ajuste serão conduzidas pelos Articuladores Locais a partir das orientações da equipe de educadores e terão, no mínimo, 3 horas de duração.

Serão realizados, no período planejado neste documento, dois Encontros de Avaliação por município, um em dezembro de 2016 e outro em dezembro de 2017. O primeiro buscará avaliar a implementação do Plano de Ação I, elaborado no segundo semestre de 2015, encaminhando as Atividades de Ajuste necessárias à construção do Plano de Ação II, que será implementado durante o ano de 2017. O segundo Encontro de Avaliação terá o mesmo objetivo, respectivamente para os Planos de Ação II e III.

Outro momento de avaliação planejado neste documento é o 3º Encontro da Rede de Estudos para o Meio Ambiente, no qual os cinco coletivos do REMA irão se unir para avaliar o andamento e encaminhar melhorias para as ações de articulação regionais entre os coletivos, com outros PEAs da região e outras organizações sociais existentes. Esta atividade está prevista para ser realizada entre os meses de julho e agosto de 2017.

➤ **Componente III – Trabalho de Base**

Este componente foi planejado com o intuito de qualificar o protagonismo e a participação política dos sujeitos da ação educativa, uma vez que a participação dos sujeitos em espaços políticos e de controle social vem avançando a partir do processo de organização dos grupos. Dessa forma, pretende-se desenvolver um processo de formação de base destes sujeitos, visando fornecer arcabouço teórico-prático para inserção destes nestes espaços. Este componente será desenvolvido através de Módulos Formativos que buscarão abordar conteúdos que possam contribuir para o desenvolvimento de análises mais qualificadas da conjuntura histórica, política e social, bem como abordar o sentido de pertencimento e coletividade. Entende-se que, além de qualificar o discurso dos grupos, estas atividades possibilitarão aos sujeitos uma melhor elaboração analítica do tecido político-social da região, de forma a buscar ultrapassar visões denunciastas baseadas no senso comum para uma análise crítica da realidade nas quais estão imersos.

O conjunto de categoriais políticas e sociológicas que serão desenvolvidas nos Módulos Formativos irá fornecer o alicerce para o avanço das elaborações dos sujeitos através de sua intervenção coletiva na realidade. Estas categorias serão abordadas buscando-se alinhar as mesmas a dados da realidade dos sujeitos, para que as discussões

possam sair da realidade teórica, abstrata e superficial, conectando-se à realidade concreta das comunidades nas quais o projeto é desenvolvido. Os tópicos principais que estão planejados para serem abordados nos módulos são relativos a conteúdos como: (i) formas político-sociais de organização; (ii) pensamento crítico e senso comum; (iii) organização do Estado e suas dimensões constitutivas; (iv) direito, conflitos e movimentos sociais; (v) conjuntura histórico-política do Brasil; dentre outros.

Estão previstos neste Plano de Trabalho cinco Módulos Formativos, divididos durante os dois anos de forma a acompanhar o desenvolvimento das ações dos outros Componentes acima descritos. Estes módulos poderão ser executados em formato regional, agrupando municípios próximos geograficamente, ou municipal. Dessa forma, além de discutir os conteúdos coletivamente, os coletivos poderão perceber as interligações entre a realidade dos municípios, estimulando as articulações e o desenvolvimento de estratégias de intervenção regionalizadas.

Serão contratados especialistas, com bagagem necessária sobre os tópicos que serão abordados, para a realização dos Módulos Formativos. A equipe executora do projeto também irá participar dos Módulos Formativos, buscando se aprofundar nos conteúdos que serão discutidos para fornecer o suporte teórico, quando necessário, em outros momentos da implementação do projeto. Ressalta-se que alguns Módulos poderão ser desenvolvidos por membros da própria equipe executora, quando for identificado que estes possuem bagagem suficiente em determinada temática que será discutida.

Os conteúdos programáticos de cada Módulo Formativo serão elaborados pela equipe técnica em conjunto com os especialistas que serão contratados, estes serão enviados aos analistas ambientais da CGPEG/IBAMA anteriormente à execução destas atividades.

Segue abaixo um breve detalhamento do nº de atividades e carga horária de cada um dos componentes que serão realizados.

Tabela 2: Número de atividades (nº) e carga horária (c. h.) em cada Componente.

MUNICÍPIO	COMPONENTE I		COMPONENTE II					COMPONENTE III		
	Atividades de Acompanhamento		Encontros de Avaliação		Atividades de Ajuste		Encontro Regional		Módulos de Formação	
	Nº	C. H.	Nº	C. H.	Nº	C. H.	Nº	C. H.	Nº	C. H.
Cabo Frio	12	48 h	2	8 h	2	6 h	1	16 h	5	30 h
Macaé	12	48 h	2	8 h	2	6 h			5	30 h
São João da Barra	12	48 h	2	8 h	2	6 h			5	30 h
São Francisco de Itabapoana	12	48 h	2	8 h	2	6 h			5	30 h
Itapemirim	12	48 h	2	8 h	2	6 h			5	30 h
Nº Total de Atividades	106 atividades									
Carga Horária Total Estimada	476 horas									

Além disso, estão apresentados abaixo os recursos pedagógicos e de integração que estão planejados para o desenvolvimento das atividades previstas neste documento.

- Espaço REMA: Espaço físico onde se desenvolvem a maior parte das atividades em cada um dos municípios. O local funciona, em geral, cinco dias por semana, seguindo horários acordados para as atividades. O Espaço REMA possibilita o acesso às ferramentas de comunicação e pesquisa utilizadas no projeto. O local mantém os materiais produzidos no processo de formação; equipamentos eletrônicos, como computadores com acesso livre à internet, impressora, câmera, telefone, caixa de som, microfones, dentre outros; mobiliário de auditório; armários; livros e materiais impressos; materiais de papelaria; dentre outras ferramentas de trabalho. A localização geográfica dos Espaços REMA encontra-se disposta no Anexo I deste documento.
- Material de Apoio Impresso: Materiais que serão elaborados para as atividades formativas de acordo com as necessidades e planejamento de cada uma. Além de materiais com conteúdos, o REMA utiliza roteiros, estudos de caso e outros materiais elaborados pela equipe que são impressos e distribuídos aos jovens.
- *Infomapa*: Os *Infomapas* são mapas digitais interativos utilizados como ferramentas pedagógicas que elaboram e sistematizam informações e dados, contribuindo para a

interpretação destas dentro do contexto de território. Os mapas já elaborados pelos jovens e/ou equipe técnica estão disponíveis no Portal REMA.

- Portal REMA: Recurso digital que reúne conteúdos, notícias, *Infomapas*, agenda, dentre outros passíveis de servirem como material pedagógico e de pesquisa. Além disso, o Portal REMA permite expandir o universo de possibilidades de comunicação, diversificando e reunindo os conteúdos de cada município e/ou elaborados pelos jovens. O Portal é atualizado pela Equipe REMA e está disponível no site: <www.projettorema.net>.

6. ATIVIDADES PREVISTAS PARA A ATUALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO PARTICIPATIVO

Para a atualização do diagnóstico participativo pretende-se continuar com a utilização dos Infomapas como estratégia de unificar os dados do projeto em formatos georreferenciados. As ferramentas disponibilizadas nestes mapas permitem analisar as ações realizadas a partir da territorialidade.

Dentre os mapas já elaborados no âmbito do Projeto REMA podemos destacar o mapa de Impactos e Conflitos Socioambientais levantados pelos jovens, que além de expor informações levantadas, estabelece um paralelo com as informações constantes do Diagnóstico do PEA-BC; o Mapa de Políticas Públicas; e um aplicativo com o histórico das ações do REMA, utilizado como forma de nivelamento de jovens que ingressaram posteriormente no projeto.

Foi elaborado, recentemente, um aplicativo/mapa com os alcances das Etapas I e II do Plano de Trabalho II rev. 01, onde foram inseridas as organizações sociais locais visitadas pelos sujeitos da ação educativa, os recortes espaciais dos Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental, as articulações realizadas com outros PEA's e organizações regionais durante o ano de 2015. Este mapa foi apresentado no 2º Encontro Regional da Rede de Estudos para o Meio Ambiente, evento que contou com a presença de técnicos da CGPEG/IBAMA.

Para esta ferramenta foi utilizado um aplicativo elaborado a partir de um modelo de Gerenciamento de Informações Coletivas, permitindo a sistematização das ações de intervenção socioambiental previstas nos projetos dos coletivos municipais. A alimentação permanente e coletiva do aplicativo permitirá uma avaliação dos territórios

e comunidades alcançadas pelas ações do REMA, além de articulações com outros PEA's e organizações regionais.

Acredita-se que com estas informações será possível estabelecer análises e paralelos com diagnósticos participativos anteriormente elaborados.

7. METAS E INDICADORES

A proposta de avaliação constante deste Plano de Trabalho está refletida no monitoramento das metas e indicadores do projeto. E estes, por sua vez, indicam o cumprimento dos objetivos e os resultados alcançados. Esse formato permite mensurar, além do cumprimento das metas de execução das atividades, o estabelecimento da participação de grupos que até então não possuíam um histórico de inserção em espaços de controle social e tomada de decisão.

Além das metas e indicadores apresentados nas Tabelas 3, 4 e 5, a equipe técnica poderá utilizar indicadores desenvolvidos no trabalho de Pocho (2011) como complemento para avaliar as ações planejadas neste Plano de Trabalho. A metodologia proposta pela autora vem sendo utilizada na avaliação de outros PEAs da Bacia de Campos, sendo uma referência para análise deste tipo de projeto.

Complementando o processo avaliativo, assim como nos períodos anteriores da implementação do REMA, momentos de avaliação com os jovens serão realizados nas atividades previstas para o Componente II, componente estrutural de avaliação, permitindo ajustes necessários em uma menor escala temporal. O formato do Encontro Regional também permitirá a avaliação de todo o avanço do período anterior, possibilitando alterações em nível estrutural caso sejam necessárias ou demandas pelos grupos à equipe técnica.

Além disso, a avaliação por observação, dos instrumentos de acompanhamento das atividades e dos resultados alcançados, realizadas pelos educadores em momentos pretéritos, constituem a base principal para os aprimoramentos estruturais inseridos neste Plano de Trabalho, e continuarão a ser um dos principais instrumentos dinâmicos de avaliação.

Nas tabelas a seguir estão apresentadas as metas e indicadores relacionados aos componentes e objetivos do projeto.

TABELA 3: Metas e Indicadores do Componente I.

COMPONENTE I INTERVENÇÃO	OBJETIVO	META	INDICADOR
	Continuação da implementação dos Projetos de Intervenção Socioambiental.	Garantir a implementação de 70% das metas planejadas no Plano de Ação I de cada Projeto de Intervenção Socioambiental Municipal.	Porcentagem de metas alcançadas nos Planos de Ação I de cada município.
		Garantir a implementação de 80% das metas planejadas no Plano de Ação II de cada Projeto de Intervenção Socioambiental Municipal.	Porcentagem de metas alcançadas nos Planos de Ação II de cada município.
		Garantir a implementação de 90% das metas planejadas para o primeiro semestre no Plano de Ação III de cada Projeto de Intervenção Socioambiental Municipal*.	Porcentagem de metas alcançadas nos Planos de Ação III de cada município durante o primeiro semestre.
		Realizar 12 Atividades de Acompanhamento das ações de implementação dos Projetos de Intervenção Socioambiental em cada município.	Número de Atividades de Acompanhamento realizadas por município.
		Média de 08 jovens participantes nas principais ações de intervenção direta na comunidade.	Média de jovens participantes nas ações de intervenção direta na comunidade.
		Realizar 01 articulação entre as ações ou produtos planejados pelos coletivos em cada município.	Número de ações realizadas em rede.
		Ocupar 01 espaço de participação e/ou controle social em cada município.	Espaços de participação e/ou controle social ocupados pelos coletivos.
		Realizar 01 articulação com outros PEAs em cada município.	Ações de articulação com outros PEAs realizadas em cada município.
Realizar 04 encontros semestrais do CAREMA.		Número de encontros realizados.	

* Somente metade do período do Plano de Ação III está contemplado neste documento.

TABELA 4: Metas e Indicadores do Componente II.

COMPONENTE II AVALIAÇÃO	OBJETIVO	META	INDICADOR
	Monitorar, avaliar e ajustar continuamente os Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental.	Realizar 02 Encontros de Avaliação em cada município visando avaliar a implementação dos Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental.	Número de Encontros de Avaliação realizados por município.
		Participação de 08 jovens nos Encontros de Avaliação em cada município.	Número de jovens participantes nos Encontros de Avaliação por município.
		Realizar 02 Atividades de Ajuste dos Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental.	Número de Atividades de Ajuste realizadas por município.
			Carga horária de Atividades de Ajuste realizada por município.
		Participação de 08 jovens no total de Atividades de Ajuste dos Planos de Ação por município.	Número de jovens participantes nas Atividades de Ajuste por município.
		Avaliar e aprimorar os Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental de cada coletivo a partir da avaliação realizada.	Plano de Ação II e III estruturados a partir dos encaminhamentos da avaliação.
		Realizar o 3º Encontro da Rede de Estudos para o Meio Ambiente.	Encontro realizado.
		Executar 16h de atividades no 3º Encontro da Rede.	Carga horária realizada.
		Avaliar a atuação dos Coletivos enquanto membros da Rede de Estudos para o Meio Ambiente - REMA.	Avaliação realizada no Encontro Regional.
Encaminhamentos levantados para qualificar a atuação dos coletivos.			
Participação de 50 jovens no Encontro da Rede.	Número de jovens participantes no Encontro da Rede.		

TABELA 6: Metas e Indicadores do Componente III.

COMPONENTE III TRABALHO DE BASE	OBJETIVO	META	INDICADOR
	Realizar processo de formação de base buscando qualificar a participação e a implementação dos projetos.	Realizar 05 Módulos de Formação no âmbito do processo de formação de base para cada município.	Número de Módulos de Formação realizados.
		Participação de 08 jovens de cada município nos Módulos de Formação.	Número de jovens de cada município participantes nos Módulos de Formação
		Desenvolver temas e categorias oriundos das ciências políticas e sociais nos Módulos de Formação.	Temas ou categorias das ciências políticas e sociais abordados nos processo formativos.
		Qualificar a intervenção dos sujeitos da ação educativa a partir do trabalho de base realizado.	Temas ou categorias abordados nos módulos que foram utilizados nas ações de intervenção na comunidade. Demandas e/ou questionamentos dos coletivos encaminhados aos espaços de participação e/ou entidades públicas ou sociais.

8. PREVISÃO DA CONSTRUÇÃO COLETIVA DAS PRÓXIMAS AÇÕES A SEREM IMPLEMENTADAS

A construção coletiva das próximas ações a serem implementadas será realizada durante as atividades previstas no Componente II. O processo de avaliação realizado neste componente permitirá uma análise coletiva mais aprofundada dos Planos de Ação dos Projetos de Intervenção Socioambiental. Dessa forma, serão avaliados, além da implementação das ações, o próprio processo de organização dos coletivos, uma vez que esta é condição primordial para o desenvolvimento das ações planejadas. A partir destas avaliações e ajustes, os sujeitos da ação educativa estarão não só avaliando constantemente suas ações nas comunidades, mas também atualizando e aprimorando os seus Planos de Ação.

Além destes momentos, no 3º Encontro da Rede de Estudos para o Meio Ambiente, apresentado neste documento, será desenvolvida uma avaliação em nível regional das ações dos coletivos, suas articulações e alcances. Os encaminhamentos coletivos que serão realizados neste momento também serão incorporados às próximas ações que serão planejadas.

9. PERFIL DOS PROFISSIONAIS ENVOLVIDOS

A equipe do projeto REMA é multidisciplinar, formada por profissionais do corpo técnico da AECOM de diferentes áreas do conhecimento, como pedagogia, educação, biologia, geografia e sociologia (áreas notadamente relevantes para a compreensão integrada das questões enfrentadas pelos integrantes do Projeto REMA no seu cotidiano), com experiência no método aqui proposto.

Além disso, a equipe possui conhecimento consolidado sobre os municípios da área de influência do Campo do Frade, e já possui uma boa aproximação com os grupos devido à implementação anterior do Projeto REMA.

Os profissionais possuem bagagem pedagógica diversificada em experiências anteriores, com redes de ensino formal, projetos de educação ambiental em contextos diferenciados, envolvimento com organizações e movimentos sociais. Essas experiências garantem as condições técnicas necessárias para a continuidade das ações.

Segue abaixo um perfil sucinto da equipe técnica dividido por função.

- *Coordenador Geral:* Profissional com experiência em coordenação de projetos de educação ambiental no licenciamento ambiental de petróleo e gás natural. Mestrado em educação, e outros tipos de formação em Educação no Processo de Gestão Ambiental Pública. É responsável pela formação da equipe, alinhamento pedagógico, comunicação entre operadora e órgão ambiental, revisão de documentos, avaliação da equipe, dentre outras funções.
- *Coordenador de Campo:* Profissional com experiência em coordenação de projetos ambientais do licenciamento de petróleo e gás natural e mestrado na área ambiental. É responsável pela coordenação da gestão dos Espaços REMA, dos Articuladores Locais e das atividades em campo.
- *Educador:* Profissionais com experiências diversas, sobretudo, em projetos de educação ambiental, processos participativos com pescadores artesanais e com licenciamento ambiental de petróleo. Possuem experiência com atividades de educação em âmbito formal e não formal. Responsáveis pelo planejamento e condução das oficinas, materiais e estrutura das atividades que são conduzidas no âmbito do projeto.
- *Articulador Local:* Jovens pertencentes aos municípios que foram selecionados e contratados pela equipe técnica. Possuem conhecimento prévio do projeto por terem participado de atividades do mesmo. Responsáveis pela articulação e mobilização dos jovens, manutenção dos Espaços REMA e condução de atividades práticas junto aos grupos.

10. REFERÊNCIAS

FREIRE, P., 1979. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Ed. Cortez & Moraes, 1979.

POCHO, C. L. **Avaliação de programas governamentais de educação ambiental**: um caso de empresa estatal da área de energia. 399 f. Rio de Janeiro: Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2011.

11. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Thiago Vasquinho Siqueira
M. Sc. em Educação
Especialista de Projetos Sr
CTF: 5801377



ANEXO I: MAPA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DO PROJETO

